

Received: June, 13th, 2025; Accepted: November, 17th, 2025

Uma falcata ibérica do castro de Frades (Montalegre, Norte de Portugal)

One Iberian *falcata* from Frades' hillfort (Montalegre, Northern Portugal)

Francisco Manuel Veleda Reimão Queiroga ⁽¹⁾

Resumo

Apresentam-se duas peças em ferro provindas dos castros de Frades e de Donões, dois povoados fortificados próximos da vila de Montalegre, no norte de Portugal. Nenhum dos povoados teve intervenções arqueológicas no passado, e os materiais de superfície em ambos indicam ocupação da Idade do Ferro, com romanização. As duas peças em ferro são achados fortuitos, encontradas acidentalmente à superfície. Uma delas identifica-se inequivocamente como uma falcata ibérica, e avalia-se se a outra peça será um fragmento deste tipo de arma, ou pertencerá a um outro qualquer utensílio. Argumenta-se sobre as circunstâncias que terão propiciado a vinda destas peças para os povoados, dando especial ênfase às movimentações de guerreiros na península durante a Idade do Ferro.

Palavras-chave: Idade do Ferro, Armamento, Cultura Castreja, Guerra, Bandoleirismo, Mercenarismo

Abstract

This paper presents two iron implements originating from the hillforts of Frades and Donões, which are located on the outskirts of the city of Montalegre, in the north of Portugal. None of the settlements has had any archaeological interventions to date, and surface finds indicate an occupation dating to Iron Age, in addition to ceramic materials of roman fabric. Both implements were accidentally found protruding from the soil surface of the sites. While one of the implements can be unequivocally classified as an Iberian *falcata*, it is scrutinized whether the other is a part of a similar weapon, or just some other tool. Further discussion is drawn upon the circumstances that may have enabled the presence of such finds in these hillforts, while emphasizing the movements of warriors in late Iron Age Iberia.

Keywords: Iron Age, Weaponry, Castros Culture, War, Brigandage, Mercenarism

(1) FLUP | DCTP, fqueiroga@letras.up.pt. Investigador Integrado do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura Espaço e Memória» (CITCEM) (Unidade de I&D 4059 da FCT). DOI institucional: <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>

1. Introdução

Ao longo do seu percurso a cultura dos castros do noroeste peninsular revelou-se aberta a contactos com os mundos que a ladeiam, relação que é visível a partir das evidências materiais que a Arqueologia vai descortinando, revelando que, desde as subtis mudanças tecnológicas ou estilísticas na sua ergologia até à presença de bens forâneos, claramente importados (*cf. infra*), se vão somando as evidências destes contactos. Neste quadro os metais ocupam um espaço de relevo, tanto pelo valor simbólico que as sociedades entenderam atribuir-lhes, como é o caso do ouro (HARTMANN, 1970), como pelo seu valor enquanto matéria prima das variadas utensilagens necessárias ao quotidiano, sendo este o caso das ligas de cobre, e do ferro. O somatório deste facto com a relativa escassez dos metais delineou um padrão de valorização que é materializado na utilização continuada dos artefactos, na sua reciclagem (PLEINER, 2000: 229, 285; PLEINER, 2006: 23, 122, 199), e no seu entesouramento (GARCIA Y BELLIDO, 1946; BRADLEY, 1992), circunstância que, se crê, justifica a sua relativa raridade no registo arqueológico. Os metais, nas suas valências simbólico-decorativas ou eficácia funcional, foram a matéria privilegiada para a manufactura do armamento. A ocorrência de armamento no registo arqueológico é igualmente rara nas circunstâncias fortuitas, de abandono, mas revela-se mais profícua nos contextos rituais, como nos funerários (QUESADA SANZ, 1989; GABALDÓN MARTÍNEZ, 2010) e nos sacrificiais

aquáticos (LÓPEZ CUEVILLAS, 1955; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995). Assim, traduz-se num acaso de particular relevo o achado de armas em povoados castrejos, sobre os quais quase nada sabemos, uma vez que nunca foram escavados.

O Ecomuseu do Barroso, no seu Espaço Padre Fontes, possui em exposição permanente uma falcata em ferro que se parece enquadrar tipologicamente nos modelos do armamento ibérico, razão pela qual nos despertou a atenção, e justifica o estudo que agora se apresenta. A esta peça junta-se uma outra, de tipologia menos clara, que também apresentaremos.

Sobre a proveniência destes artefactos dispomos apenas das informações orais colhidas na Autarquia de Montalegre, sua proprietária e detentora, bem assim como os dados reunidos nas fichas de conservação e restauro, realizado no Museu D. Diogo de Sousa⁽²⁾. Ambas foram achados ocasionais, em virtude de se encontrarem à superfície do solo e em contexto de derrube, sendo incógnitos os seus achadores, que em boa hora as entregaram à guarda do Museu. É objectivo desta breve nota apresentar ambas as peças e o respectivo enquadramento arqueológico, e elaborar um modelo interpretativo sobre o significado da sua presença nestes povoados e nesta região.

2. Os contextos arqueológicos

As peças em apreço são provenientes de dois castros (Fig. 1) situados nas proximidades de Montalegre, vila fronteiriça situada no Alto Barroso; um espaço geográfico de montanha que se pauta por marcado ecletismo, alternando diversificados relevos montanhosos nos quais as linhas de água se apresentam profundamente encaixadas, com extensas veigas de altiplano (TABORDA, 1932: 54), de topografia suave e solos férteis de pastagem, complementados por um clima particularmente agreste (*idem*: 67-8, 134). Uma característica digna de nota são os recursos minerais, abundantes nesta área que ladeia a falha geológica Verín-Régua (PEREIRA & RODRIGUES, 2010; RAMOS, 2010), os quais terão propiciado alguns dos modelos de povoamento (JORGE, 1986; SILVA, 2007) ao longo dos tempos.

A falcata representada nas figuras 2 e 3 é proveniente do castro de Frades⁽³⁾ (Fig. 1), onde foi acidentalmente encontrada à superfície, parcialmente soterrada entre as raízes de uma árvore num corte do terreno, na encosta sul e em espaço intramuros. O castro de Frades é um povoado fortificado situado na aldeia homónima, da freguesia de Cambeses do Rio, que já nos tinha chamado a atenção anteriormente (QUEIROGA, 2009: 471) em virtude da sua curiosa tipologia de assentamento e da sua estrutura. Enquadra-se tipologicamente no que temos vindo a designar como “castros de encosta”, os quais se caracterizam genericamente por não buscarem topografias com condições naturais de defesa, mas antes assentarem em encostas, ou quebras de relevos, e criarem defesas artificiais, mormente com fossos e taludes.

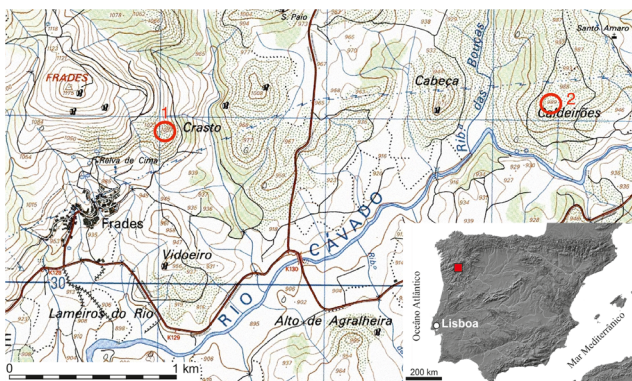


Fig. 1. Localização dos povoados na Península Ibérica e na Carta Militar de Portugal à escala 1:25000, folha n° 32 (Montalegre), Instituto Geográfico do Exército (IGEOE).

Fig. 1. Location of the settlements in the Iberian Peninsula and in the Military Map of Portugal at a scale of 1:25000, sheet no. 32 (Montalegre), Instituto Geográfico do Exército (IGEOE).



Fig. 2. Fotografia da falcata. Montagem do autor a partir de fotos cedidas pelo Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, ©Manuel Santos.

Fig. 2. Photo of the falcata. Assembly by the author after photos kindly lent by the Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, ©Manuel Santos.

(2) Aproveitamos para agradecer a ambas as instituições, nas pessoas de Luísa Queirós, técnica da Autarquia, e Maria José Carvalho Sousa, Directora do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, todas as informações e facilidades para a realização deste estudo. Em ambas as instituições nos foi indicado que estas peças nunca foram cedidas para estudo e publicação, e apenas conhecemos a curta nota descritiva sobre a falcata do castro de Frades, da autoria de Carla Carvalho, contida no catálogo de uma exposição (LEMOS et al., 2009: 18), onde se apresenta uma fotografia tirada antes de encetada a sua conservação, e a posterior referência em MARTINS (2010: 64, figura 1) e em FONTE (2015: 273, figuras 154, 278 e 161).

(3) Coordenadas cartográficas: 41°49'21.15"N, 7°51'26.30"W, Folha n° 32 do IGeoE.

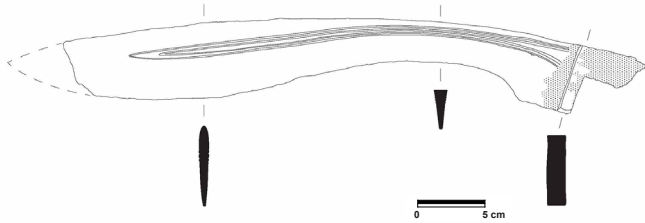


Fig. 3. Desenho e reconstrução da falcata, ©Francisco Sá Reimão Queiroga.
Fig. 3. Drawing and reconstitution of the *falcata*, ©Francisco Sá Reimão Queiroga.

É este o caso do castro de Frades, situado no tramo final de uma extensa e íngreme encosta que desce da Crôa do Coto (Fig. 4) e termina no curso do rio Cávado. Quase nada sabemos sobre este povoado e a sua ocupação, apesar de alguma bibliografia o referir (BARREIROS, 1915: 212, nº 28; BARREIROS, 1920: 75; SANTOS, 1969: 206; COSTA, 1987: 44; FONTES, 1992; SILVA, 2007: 142, nº 540; QUEIROGA, 2003: 489; FONTE, 2105: 272-5), dispoñdo apenas da indicação de no seu espaço terem sido detectados materiais cerâmicos de fabrico indígena e romanizado (QUEIROGA, 2009: 471), visíveis à superfície, e ainda a referência vaga ao achado de “dinheiro antigo” (BARREIROS, 1920: 75) por pedreiros que aí arrancavam pedra. Deste conjunto terão provindo dois denários tardo-republicanos depositados no Ecomuseu do Barroso, onde está igualmente depositada, e provinda deste castro, uma ponta de dardo em ferro de *ballista*, com secção quadrangular e alvado fragmentado, indiciadora, portanto, da presença de armas de assédio.



Fig. 4. Vista do castro de Frades, a partir do castro de Donões, a nascente, salientando a sua implantação no tramo final da encosta.

Fig. 4. View of the Frades hillfort taken from the hillfort of Donões, to the East, thus outlining its location on the final section of a hill slope.

Em visita recente ao local, constou-se que o sítio se encontra recoberto por uma densa e impenetrável camada de vegetação arbustiva e arbórea, que impede qualquer avaliação. Em visitas anteriores constatou-se que o povoado está destacado da encosta por um profundo fosso, que se inicia na parte superior e o ladeia pela encosta abaixo (Fig. 5). No extremo superior existe um torreão bem destacado, em jeito de vértice a partir do qual divergem os fossos pela encosta abaixo, não se divisando vestígios de muralha pétreia.

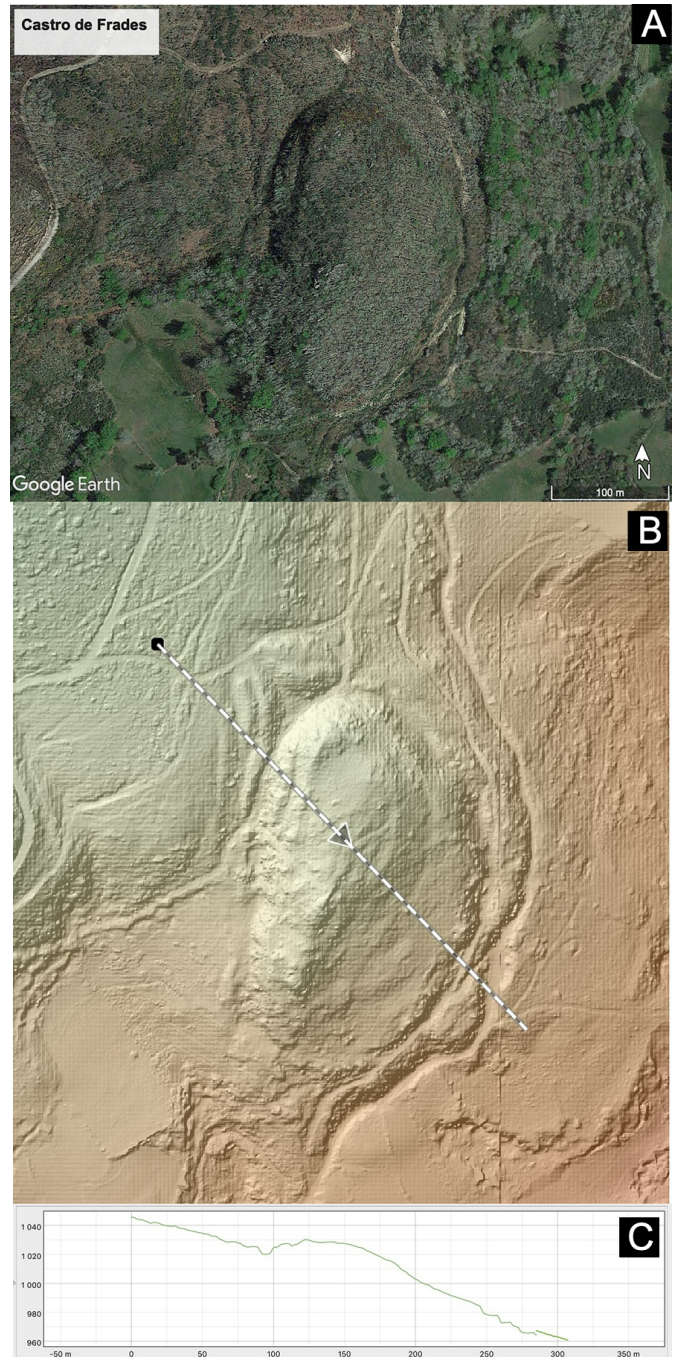


Fig. 5. O castro de Frades. A: Vista sobre imagem satélite (Google Earth™) registada em 2019. B: Representação DTM-hillshade a partir de nuvem de pontos produzida pela DGT (Levantamento LiDAR de Portugal), com densidade de 10 pontos/metro. C: Perfil topográfico alinhado no sentido da encosta, produzido a partir do DTM acima.

Fig. 5. Frades' hillfort. A: Satellite view from Google Earth™, taken in 2019. B: DTM-hillshade from point cloud data available at DGT (LiDAR survey of Portugal) with a 10 points/meter density. C: Topographic section aligned with the slope direction, produced from the DTM above.

A peça representada nas figuras 6 e 7 foi encontrada no castro de Donões, por desconhecidos, e também acidentalmente, na parte média do recinto interior, a pouca distância do seu extremo nascente. O castro de Donões⁽⁴⁾, ou Eiras do Castro (BARREIROS, 1915: 212, n° 29; BARREIROS, 1920: 86; SANTOS, 1969: 206; COSTA, 1987: 44; FONTES, 1992; SILVA, 2007: 142, n° 542; QUEIROGA, 2003: 494; FONTE, 2015: 276-80), é um povoado igualmente adjacente, e próximo da veiga aluvionar do rio Cávado (Fig. 1).

O limite Norte do povoado situa-se na quebra de um cabeço extenso e aplanado (Fig. 8), no qual se estabelecem as defesas compostas por uma sequência de três profundos fossos e dois taludes, com lados bastante íngremes (Fig. 9), cuja equidistância vai variando: apresenta uma composição mais próxima, do lado nascente, enquanto que a norte e poente se apartam em faixas alargadas, adjacentes ao fosso exterior. Do lado poente existem outros recintos delimitados por fossos.



Fig. 6. Fotografia da peça do castro de Donões. Montagem do autor a partir de fotos cedidas pelo Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, ©Manuel Santos.

Fig. 6. Photo of the implement from the hillfort of Donões. Assembly by the author after photos kindly lent by Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, ©Manuel Santos.

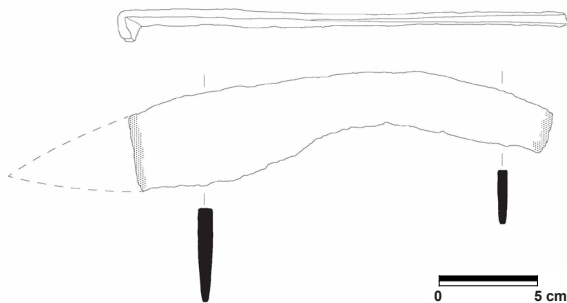


Fig. 7. Desenho e reconstituição da peça 2, ©Francisco Sá Reimão Queiroga.

Fig. 7. Drawing and reconstitution of implement 2, ©Francisco Sá Reimão Queiroga.



Fig. 8. Vista do castro de Donões, a partir do castro de Frades, a poente, salientando a sua implantação no início da encosta.

Fig. 8. View of the Donões hillfort taken from Frades, to the West, thus outlining its location on the beginning of a hill slope.

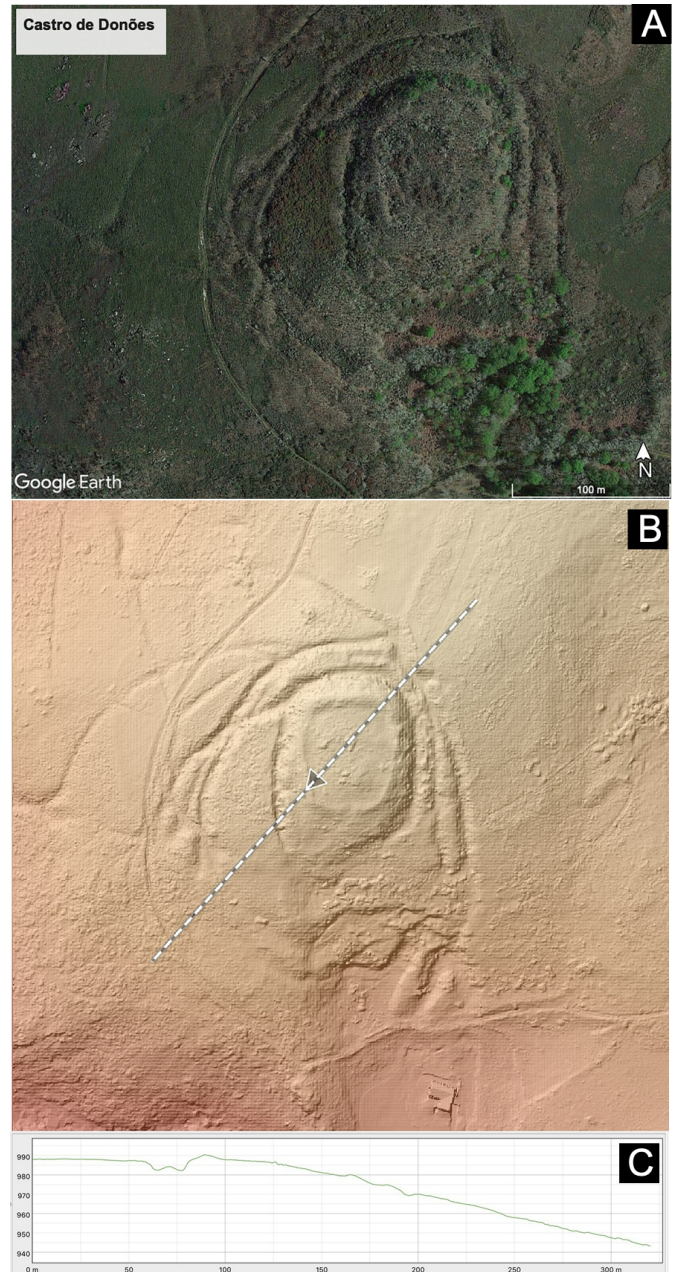


Fig. 9. O castro de Donões. A: Vista sobre imagem satélite (Google Earth™) registada em 2019. B: Representação DTM-hillshade a partir de nuvem de pontos produzida pela DGT© (Levantamento LiDAR de Portugal), com densidade de 10 pontos/metro. C: Perfil topográfico alinhada no sentido da encosta, produzido a partir do DTM.

Fig. 9. Donões' hillfort. A: Satellite view from Google Earth™, taken in 2019. B: DTM-hillshade from point cloud data available at DGT© (LiDAR survey of Portugal) with a 10 points/meter density. C: Topographic section aligned with the slope direction, produced from the DTM above.

A informação disponível sobre a diacronia de ocupação destes dois povoados é muito parca, e quiçá pouco fiável, uma vez que se remete a escassos fragmentos de cerâmica encontrados à superfície e um denário tardo-republicano depositado no Ecomuseu do Barroso. Desconhecemos, portanto, se serão de criação anterior, ou contemporânea dos primeiros contactos com Roma, ou se pertencerão a modelos de sítios fundados já sob o domínio romano (ALMEIDA, 1990: 261), informação que seria pertinente para contextualizar as duas peças.

(4) Coordenadas cartográficas: 41°49' 23.81"N, 7°49' 45.79"W, Folha n° 32 do IGeoE.

3. Os artefactos e os seus contextos

Aquando do seu achado, e sequente entrega na Autarquia de Montalegre, ambas as peças se encontravam muito degradadas por um profundo estado de oxidação (Fig. 10), pelo que decidiui esta entidade solicitar ao Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa a sua conservação, cujo processo nos foi facultado para consulta⁽⁵⁾.

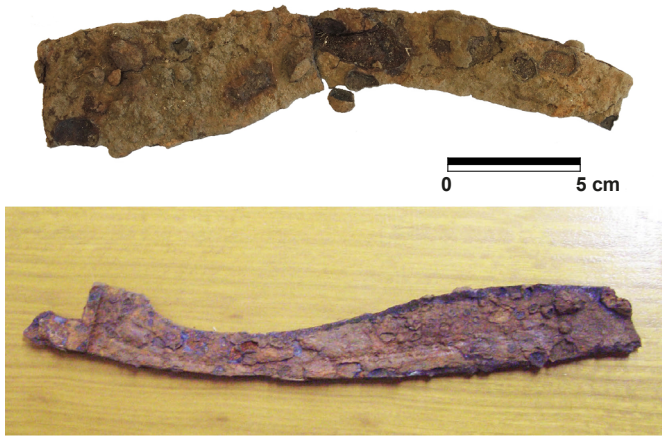


Fig. 10. Aspecto da peça do castro de Donões (em cima) no estado em que foi encontrada, e a peça do castro de Frades (em baixo) no início do processo de conservação. ©Vítor Hugo Torres.

Fig. 10. Appearance of the implement from the hillfort of Donões (above) in the condition in which it was found, and the implement from the hillfort of Frades (below) at the beginning of the conservation process. ©Vítor Hugo Torres.

A peça encontrada no castro de Frades (Figs. 2 e 3) apresenta-se cercada nos extremos; na ponta e na empunhadura. A lâmina possui 45 cm entre a guarda e a parte fragmentada, estimando-se um comprimento original de cerca de 51-52 cm⁽⁶⁾. A parte conservada da empunhadura é de 6 cm, medida a partir do lado exterior da guarda, e esta possui 14 mm de largura e 16 mm de espessura, notando-se que foi forjada sobre a lâmina. A empunhadura apresenta 3,6 cm de largura e 15 mm de espessura, estando fragmentada no seu extremo, pelo que não é possível estimar o seu comprimento total. Constata-se, contudo, que a largura basal tem 5,9 cm, o que cai ligeiramente abaixo da média deste elemento (QUESADA, 1989: 245-6), que é de 6,9 cm; e o ângulo axial é 76°, valor que não se afasta muito da média, que é de 73,6° (*idem*: 262). Na maioria dos casos a guarda é parte integrante da empunhadura, pois a ela se sobrepõe o material perecível utilizado no encabadoiro, salvo nos casos em que o metal é suporte para as incrustações em prata (CABRÉ, 1934: 209) que fazem parte do seu complexo decorativo.

Contudo, nesta falcata verificamos que o extremo inferior da guarda não apresenta qualquer ressalto para o lado da empunhadura, em jeito de “guarda-mão”, e aparenta não o ter tido, contra o que seria expectável e consentâneo com a maioria das variantes conhecidas (CABRÉ, 1934, figuras 1 e 2) de resguardo inferior do punho. Poderia, eventualmente, ter existido apenas na componente perecível da empunhadura, e sem apoio na peça metálica, conforme exemplos conhecidos (Fig. 11), justificando assim a dimensão abaixo da média da sua largura basal.

O dorso da lâmina é facetado (Fig. 3) e apresenta uma espessura constante de cerca de 10 mm, até cerca de 26 cm da guarda. A partir de então, e até à ponta, perde o perfil anguloso e afila, reduzindo a

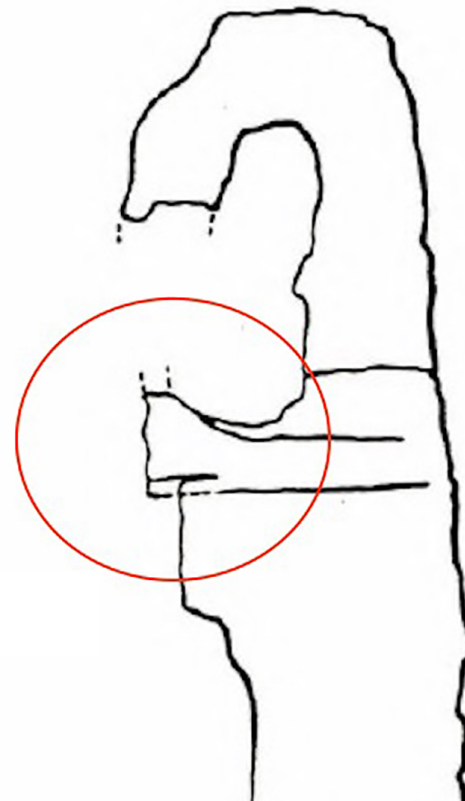


Fig. 11. Detalhe da falcata da sepultura 263 da necrópole de Cabecito del Tesoro (segundo QUESADA, 1989: 175), na qual a empunhadura ultrapassa a largura basal da lâmina.

Fig. 11. Detail of one falcata from grave 263 of the Cabecito del Tesoro Iberian necropolis (after QUESADA, 1989: 175), in which the width of the hilt is greater than the width of the blade.

espessura para cerca de 4 mm. Presume-se, portanto, que esta parte terminal do dorso seria afiada, configurando o denominado *fio dorsal* que é comum nas falcatas ibéricas (QUESADA, 1989: 241), e neste caso estima-se que teria 24 cm. A lâmina apresenta a largura máxima de 6,5 cm, sendo a mínima de 3,7 cm, na zona cava. Ao longo dos dois lados da lâmina estende-se um elegante nervurado em quatro canaletes que acompanha o perfil da peça, unindo-se em bico próximo da ponta, e divergindo em cerca de 23 mm do lado oposto, contra o batente da empunhadura.

Nas suas características gerais, a peça integra-se nos modelos de falcata conhecidos no sul e sudeste peninsular, arma que foi extensivamente estudada nas suas origens e afiliações (QUESADA, 1990; QUESADA, 1991), variabilidade tipológica e cronologias (CABRÉ, 1990; QUESADA, 1989 e 1997), e aplicação bélica (QUESADA, 2006). No caso em apreço, constatamos que as medidas dos elementos desta falcata se enquadram claramente nas médias observadas por Fernando Quesada (1989: 247) nos exemplares da necrópole de Cabecito del Tesoro, não obstante o facto de estarmos perante uma peça fragmentada. Contudo, os estudos formais e estatísticos sobre as tipologias desta arma, que são sumamente minuciosos (QUESADA, 1989: 236-73), revelam algumas variabilidades que dificultam a sua datação e enquadramento. Os dados disponíveis sobre a empunhadura não permitem qualquer conclusão: se teria possuído algum motivo decorativo tipo

(5) Da análise do dossier da intervenção em ambas as peças, não podemos deixar de classificar como notável o trabalho de conservação realizado pelo técnico do MADDS, Vítor Hugo Torres. Recordamos que as medidas registadas em ambas as peças não devem ser tidas como rigorosas, uma vez que tanto a avultada corrosão que apresentavam como o processo de conservação e restauro terão muito provavelmente alterado, ainda que ligeiramente, as dimensões originais.

(6) Quesada observa que nos exemplos da necrópole de Cabecito del Tesoro (1989: 258) “...a canelura nunca acaba a menos de 12 cm da ponta...”, pelo que decidimos aplicar este rácio na reconstituição. Sobre o estudo e contextualização de falcatas são incontornáveis os trabalhos de Fernando Quesada Sanz sobre o armamento ibérico, que continuam a ser definitivos apesar de passadas algumas décadas.

cabeça de ave ou de cavalo, com fecho em corrente ou em barra, conforme a sistematização de Encarnación CABRÉ (1934, figuras 1 e 2), pese embora estes elementos não sejam considerados suficientemente seguros para datação, em virtude da sua variabilidade.

As caneluras lavradas na folha, que divergem na aproximação à guarda, como é o caso da peça de Frades (Fig. 3), que CABRÉ (1934: 8) considerou serem mais recentes do que as caneluras que terminam em paralelo, afinal aparecem em sepulturas antigas, datáveis do século IV-III a.C. (QUESADA, 1989: 256, sepultura 400).

Considerando as características tipológicas acima descritas, descartamos a hipótese de esta falcata se tratar de uma produção local, aceitando-a como originária do sul-sudeste peninsular.

A falcata ibérica é uma arma tipologicamente complexa mas, como salienta Fernando QUESADA (1997: 595-6), que se deteve no seu estudo monográfico (QUESADA, 1992), apresenta uma grande variabilidade, mesmo dentro dos mesmos contextos arqueológicos, indiciando uma “...*produção artesanal pouco ou nada estandarizada...*” (sic) com normalização formal muito reduzida, porventura apelando a adequações individualizadas ao guerreiro seu portador, e quiçá talvez às tradições metalúrgicas locais. Naturalmente que esta característica obsta sobremaneira à tipificação cronológico-cultural, e consequente à sua utilidade como elemento de datação. A diacronia de utilização concentra-se entre o início do século IV e o final do século III (QUESADA, 1997: 595), a partir do que a sua ocorrência diminui substancialmente, apesar de continuar a surgir tanto no registo arqueológico como nas fontes literárias (SÊNECA, *De Beneficiis* V, 24) até ao século I a.C. Enquanto arma ofensiva, impõe-se na panóplia ibérica sobre os outros modelos de espada a partir da primeira metade do século IV a.C., no Sudeste peninsular e Alta Andaluzia (QUESADA, 1997: 613, 622), áreas às quais parece estar maioritariamente confinada, conforme documentam os registos arqueológicos, e mormente os de carácter funerário. Tratando-se de uma arma com valência de acção cortante no combate, faz parte do equipamento do infante, em modo de combate de proximidade.

A peça proveniente do castro de Donões encontrava-se fragmentada aquando do seu achado (Fig. 10), e muito alterada pela corrosão, tendo a conservação e restauro permitido a recuperação das suas características iniciais (Fig. 6). Mede 21,5 cm de comprimento máximo e é aplanada, com uma configuração arqueada no dorso, cuja espessura varia entre 5 mm na parte mais estreita, e 7 mm na mais larga. A face oposta, côncava, é afilada (Fig. 7), sugerindo ter tido fio cortante, e possui largura comparativamente constante, rondando os 3 cm até à parte média, a partir da qual vai alargando de forma sub-elíptica até aos 5,1 cm. As duas extremidades estão partidas, e no lado mais largo existe uma dobra em ângulo bem definido (Figs. 5 e 6), cujas características indiciam ter sido feito em forja e bem apoiado em esquina viva. O ressalto é pequeno, com apenas 13 mm medidos a partir da esquina exterior, e a espessura da lâmina reduz dos 7 mm para 5 mm, o que seria consistente com o processo de dobra por martelagem. A análise cuidada da largura do ressalto indica que este continua a curvatura da peça, naturalmente que com as pequenas deformações inerentes à dobragem. cremos, portanto, que a peça original foi partida nos seus extremos, e no lado com maior largura foi dobrado um ressalto que aparenta função de batente.

Para a interpretação tipológica e funcional, tanto no estado original como após a fragmentação e alteração, aventamos duas hipóteses face aos dados disponíveis no momento.

Poderia ter sido um utensílio agrícola associado à exploração das plataformas do povoado castrejo, descarta-se desde logo qualquer semelhança tipológica com os instrumentos agrícolas do tipo foice ou gadanha, quer de época romana (HUMPREYS, 2021: 91, 201, 283, 410, 454-5) ou moderna/contemporânea (OLIVEIRA *et al.*, 1983: 243-56). Por outro lado, a sua assimetria, e ausência de perfurações, também desaconselham a função de reforço de qualquer utensílio em madeira, nomeadamente de carro de bois, de grade, ou outro. O ressalto produzido na peça poderia ser consentâneo com a sua reutilização como gadanha, caso fosse alguns centímetros mais longo, sendo nesse caso para um utilizador destro. Nesta hipótese, aceita-se igualmente que a reduzida dimensão deste encabadouro se pudesse dever ao facto de ter partido aquando desta utilização o que, a ter acontecido, não deixaria o tipo de fractura existente. Contudo, nenhum destes postulados obsta à interpretação da forma original da peça, a qual propomos na figura 7 através do prolongamento dos seus contornos, assumindo como provável que tenha sido parte, ou todo, de uma lâmina cortante.

Com base nas características observadas, presume-se que a lâmina teria entre 28 e 30 cm de comprimento, o que parece curto para uma falcata (QUESADA, 1989: 247), onde o mínimo é de 42 cm), mas se afigura excessivamente longo para ser uma faca. Poderá tratar-se de um punhal afalcado, utensílio que não tem sido considerado como arma nos estudos temáticos, mas é elemento comum tanto nas sepulturas da Meseta (KURTZ, 1986: 456) como nas necrópoles ibéricas anteriores à vulgarização das falcatas (QUESADA, 1997: 606)⁽⁷⁾, e um claro indicador de prestígio e de riqueza nos contextos funerários dos séculos VII/VI. Eventualmente utilizado na defesa de proximidade, o punhal é igualmente de grande valia nas diversificadas necessidades utilitárias do quotidiano.

A hipótese de se tratar de um punhal poderá justificar a excessiva curvatura da linha dorsal, e também a inexistência de nervurado ao longo da folha, apesar de serem conhecidas falcatas (QUESADA, 1989: 256) que o não possuem. A sua origem pode ser de produção metalúrgica local, eventualmente copiando o modelo de falcata como a do castro de Frades, e ser-lhe contemporâneo; ou então, e tal como esta, ser uma importação ibérica, pois é inequívoca a sua semelhança formal com punhais afalcados encontrados em necrópoles ibéricas, nomeadamente em Los Patos (BLÁZQUEZ, 1975, figuras 12, 19-74, Lâminas II e IV-5), onde a linha dorsal é curva e sem carena, e a largura da lâmina é constante na secção próxima do punho.

Pelo exposto acima, cremos estar perante dois modelos ibéricos, sendo indiscutível a classificação como falcata da peça encontrada no castro de Frades; e muito provável como punhal afalcado a peça proveniente do castro de Donões. As características da falcata do castro de Frades, as que o seu estado de conservação permitiu observar, avalizam uma cronologia antiga, do século IV-III a.C., mas a ambiguidade tipológica que rodeia a datação dos elementos desta arma (QUESADA, 1997: 595), que coexistem no tempo, obsta a conclusões definitivas, sendo assim prudente alargar a sua possível utilização até à época tardo-republicana. A distribuição da falcata ibérica para fora do seu núcleo de origem, o sudeste peninsular e a alta Andaluzia, é muito escassa na fase mais antiga mas vai-se tornando mais visível a partir de finais do século III (*idem*) sendo, paradoxalmente, esse o momento a partir do qual ela se torna mais rara no registo arqueológico. Desta forma, o que sabemos sobre esta arma contribui mais para generalizar do que para afinar as cronologias.

(7) Extrapolamos os postulados deste autor sobre a distinção entre espada e punhal, onde toma como exemplo as “espadas de frontón” (p. 597), segundo o qual espadas teriam um comprimento de folha entre 30 e 42 cm, e os punhais entre 16 e 24 cm. Os punhais afalcados da necrópole de Cástulo são igualmente de pequena dimensão (BLÁZQUEZ & GARCIA, 1990: 97), com cerca de 20 cm de comprimento, mas na necrópole de Casablanca (BLÁZQUEZ, 1975: 221), temos exemplos com 29 cm de comprimento, e largura máxima de 3,4 cm dimensões que são mais aproximadas às da peça do castro de Donões.

4. Falcatas no noroeste peninsular

A importância arqueológica da falcata do castro de Frades reside maioritariamente no facto de não ser conhecida nenhuma outra ocorrência no norte do país, sendo as mais próximas as armas exumadas na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (CORREIA, 1925; SCHÜLE, 1969: 281; PAIXÃO, 2014), em Alcácer do Sal, e ainda na Necrópole do Monte da Cardieira (VIANA & DEUS, 1950: 70), no Alandroal, colocando-se a idêntica distância os casos conhecidos na Meseta Norte.

O punhal afalcatado distribui-se no noroeste peninsular em povoados de várias tipologias e épocas de ocupação, mormente no espaço geográfico que medeia os cursos inferiores dos rios Minho e Douro. Estão referenciados exemplares na Citânia de Sanfins (3), Castro de Baiza (1), Castro de Carvalhos (2), Falperra (1), Coto da Pena (2) (SILVA, 2007: 647, Est. 98), Castro do Barbudo (2), Citânia de S. Julião⁽⁸⁾ (3) (MARTINS, 1990: 164-5), Castro do Cruito (1) (PEREIRA & GONZÁLEZ, 1988: 158, figura 13), Monte Mozinho (3)⁽⁹⁾ (SOEIRO, 1998: 108, figura 20), e na vizinha Galiza temos exemplares no Castro de Saceda⁽¹⁰⁾ (2),

Penalba (1)⁽¹¹⁾, Castro de Torroso (3) (PEÑA SANTOS, 1992: 127, figura 69), Castro de O Facho (1) (SUÁREZ OTERO *et al.*, 2021-22: 103, figura 13-A). Este número expressivo de achados, que certamente representarão uma larga diacronia, está distribuído com relativa uniformidade, sobretudo se atentarmos que a investigação no *hinterland* é nitidamente reduzida comparativamente com a faixa costeira. Revela a continuada apetência pelo estilo afalcatado das facas/punhais utilitários no que consideramos serem maioritariamente produções metalúrgicas locais. Recordemos que as peças do castro de Saceda faziam parte de um conjunto, com um ponteiro e uma tenaz de ferreiro. Como tal, não nos repugna aceitar que o punhal afalcatado do castro de Donões, que dista cerca de 20 km do castro de Saceda, possa ser uma produção metalúrgica local imitando uma peça exógena, apesar de a sua estreita semelhança com as produções ibéricas.

5. Discussão

Apresentada a evidência material, coloca-se-nos agora a questão de aventar como teria chegado a falcata a esta região, e pela mão de quem, exercício que se alarga em hipóteses, inevitavelmente especulativas, propiciadas pelos grandes avanços na investigação operados nas últimas décadas e pela ampla diacronia na qual teremos que enquadrar esta arma.

- Poderia ter sido trazida por legionários romanos, no contexto de uma qualquer incursão à região.

O exército romano parece estar ausente do noroeste peninsular anteriormente ao reinado de Augusto, apenas se aproximando das Astúrias e Cantábria (MORILLO, 2008: figura 1) com a preparação e o decurso das Guerras Cântabras.

Quanto ao que hoje é o Norte de Portugal, não enjeitamos considerar uma presença anterior, em qualquer momento a partir das expedições de Servílio Cipião contra os Galaicos (CIPRÉS, 1993: 72) e de Décimo Júnio Bruto no Noroeste, cujo percurso ainda é controverso, apesar da noção dominante que terá tido um traçado costeiro e atingido o rio Minho⁽¹²⁾. A terem existido estes contactos, no quadro de incursões militares sazonais e em constante movimento (MORILLO, 2008: 74-5), características da estratégia bélica de época republicana, e representadas por vestígios arqueológicos tão raros quanto frustes (MORILLO, 2003: 42-3; 2008: 75), permitiriam entender o facto de o ritmo da romanização desta parte meridional da *Callaecia* ter sido tão temporão e diferente das outras regiões (SOEIRO, 1997), de tal forma que a noção de conquista parece alheada dos dados arqueológicos.

A eficácia militar da falcata ibérica era amplamente reconhecida na legião romana, onde coexistia diversificado tipo de armamento, quer esporadicamente adoptado pelos legionários, ou o empunhado pelas unidades auxiliares indígenas, pelo que as movimentações militares

são uma hipótese plausível para a disseminação desta arma na região. Em apoio desta hipótese de presença militar romana, temos os numismas tardo-republicanos provindos dos sítios em apreço, a juntar à ponta de projétil de *ballista*, ambos acima referidos.

- Existem sobejas referências documentais e evidência de movimentações étnicas que referem a migração de povos provindos da Betúria⁽¹³⁾, no curso médio do Guadiana, nomeadamente de Célticos, que se deslocaram para o norte do Douro até ao Cantábrio (PLÍNIO, III: 28; IV: 111), enquanto os Túrdulos se fixaram junto ao Douro (ESTRABÃO, III: 3, 5; MELA, III: 1, 8 e 10-12; PLÍNIO, IV: 112-3), talvez na sua margem sul. Tendo esta realidade sido motivo de estudos temáticos aturados, o certo é que têm sido goradas as tentativas da Arqueologia em definir tanto os “*complexos histórico-arqueológicos*” (PEREIRA, 199: 36-7) como os momentos de viragem plasmadas na cultura material dos povoados, que nos permitam identificar qualquer mudança no seu substrato étnico. A migração destes dois povos continua a ser motivo de debate, não tanto no posicionamento geográfico, que as fontes clássicas presumivelmente clarificam, mas sobretudo na época da sua deslocação. Meteorizadas em fundamentações históricas, as várias propostas vão divergindo nas cronologias, como os meados do milénio a.C. (SILVA, 2007: 41, fim séc. VI-início séc. V), a segunda metade do século III (ALARCÃO, 1992: 344), meados do século II (GARCIA BELLIDO, 1951: 496; OLIVARES, 2013: 78), e já sob o domínio romano, isto é, o século I a.C. (SALINAS, 2011: 142), proposta que não seria inteiramente consentânea com os dados arqueológicos, que documentam os “*túrdulos velhos*” (SILVA, 1983) nas margens do Douro em 7 e 9 d.C.

Os trabalhos temáticos têm apontado o espaço de fixação dos Célticos na costa atlântica da Galiza (GONZÁLEZ, 2011; OLIVARES,

(8) Permitimos-nos divergir da classificação desta peça exumada nos níveis antigos (BETTENCOURT, 2000, Est. 61-9) deste povoado como sendo fragmento de um punhal afalcatado.

(9) Todos os três de grandes dimensões, sendo a lâmina do punhal de maior dimensão idêntica à da peça de Donões. Os punhais foram encontrados no miolo da “muralha” de época augustea, no recinto superior do povoado, onde parece terem sido depositados intencionalmente, já no século I d.C., talvez na sua segunda metade (SOEIRO, 1998: 85).

(10) Situado a cerca de 20 km para nordeste do castro de Donões. Conjunto exposto no Museu de Ourense.

(11) Exposto no Museu de Pontevedra.

(12) Temos como particularmente lúcida e bem fundamentada a abordagem de Pilar CIPRÉS (1993: 69-79) sobre a identidade étnica dos lusitanos, e a sua dispersão territorial, perante as fontes clássicas.

(13) Continuamos a manter reservas sobre se este episódio constituiu a migração organizada de comunidades, ou se, como se infere de uma leitura mais linear das fontes clássicas, se trataria de bandos de guerreiros em expedição militar.

2013: 55; SALINAS, 2011: 142), área que, como sugerem as fontes clássicas, se poderá estender pelo território interior (LORRIO, 2011: 50-1) ocupado por uma ampla e reconhecida diversidade de povos (PLÍNIO, III: 28). Em suma, as propostas para a deslocação dos Túdulos e Célticos para o noroeste cobrem toda segunda metade do milénio, período que é consentâneo com a diacronia proposta para a falcata do castro de Frades, a qual poderia ter sido trazida por um guerreiro no contexto deste episódio migratório.

- As evidências de comércio durante a segunda metade do primeiro milénio a. C. ao longo da costa atlântica são uma realidade que tem vindo a ser cumulativamente afirmada pela arqueologia, materializada na crescente abundância de materiais forâneos, e dando conta de uma rede de intercâmbios (PAZ VIRUET, 2016: 126-7, 138-9) envolvendo gente e bens provindos das costas do Mediterrâneo. Com efeito, desde a Idade do Bronze, ou talvez antes (CUNLIFFE, 1999: 94 e segs.), que a costa atlântica seria conhecida, na sua geografia, mas também nos seus recursos, povos, e potencial económico (CUNLIFFE, 2017: 287-8), propiciando e incentivando explorações como aquela que o massiliota *Pytheas* empreendeu no século IV a.C. (HAWKES, 1977), perseguindo mitos e lendas (CUNLIFFE, 2002: 114), mas também os criando com os seus relatos. A distribuição dos materiais de origem mediterrânica no noroeste peninsular (PEREIRA, 2019: 471, 476)⁽¹⁴⁾, e apesar de ferida pelo grande débito de investigação no interior (*idem*: 484-5), mostra a consistência da penetração do comércio pelo *hinterland* adentro, ao longo de toda a segunda metade do milénio, contexto no qual poderia ter sido trazida a falcata para o castro de Frades.
- Temos ainda como provável a hipótese de a falcata ter sido trazida para esta região por guerreiros locais envolvidos em expedições em outras regiões, enquanto mercenários ou bandoleiros.

Continuando aberto a discussão o modelo segundo o qual a sociedade dos povoados castrejos terá sido, ou não, uma sociedade guerreira, é inquestionável que a função e a ideologia guerreiras tinham nela um espaço relevante. Contrariando o referido por ESTRABÃO (III: 3, 5), segundo o qual o bandoleirismo e a guerra eram resultantes da pobreza da terra e dos recursos (SAYAS, 1989), já defendemos que as sociedades que habitavam o noroeste peninsular ao longo do 1º milénio a.C. possuíam uma economia produtiva florescente e auto-suficiente, de base agrícola, ganadeira e artesanal, e também mineira (QUEIROGA, 2003: 49-68), mas a ideologia guerreira foi marcante na configuração da estrutura social, tema ao qual voltámos posteriormente (QUEIROGA, 2011: 283-6). A arqueologia e as fontes clássicas confluem na ideia de uma sociedade que associa a imagética masculina ao ideal bélico, sem que consigamos ainda aferir a sua real tradução; isto é, se o conflito era real, e sendo-o, se era permanente, sazonal, esporádica, se entre vizinhos ou então à escala regional. DIODORO (V: 34, 6) lança-nos uma pista, declarando que a actividade guerreira era um fenómeno associado à juventude; seria o que hoje consideramos como um momento de passagem no ciclo da vida masculina⁽¹⁵⁾, e elemento catalizador e estruturante da coesão social e do estatuto de masculinidade (*uir-tus*), e parte de um *cursus honorum* do indivíduo (JÚLIO CÉSAR, *BG*

VI, 23), o qual vai sendo edificado no seio das relações intra-grupo, mormente através do quotidiano ritual e das expedições bélicas.

O bandoleirismo, ou pilhagem dos territórios exteriores, está bem documentado no mundo céltico (GARLAN, 1972: 11-18; NASH, 1985: 47) e mediterrânico (CIPRÉS, 1993: 41-3), e pressupõe a existência de formas de organização do grupo que Blanca GARCIA (1990) denominou *confrarias de guerreiros*: grupos de coesão volúvel que se cimentam em torno de princípios, tais como a *devotio*, a fidelidade, ou a clientela; e de objectivos, como uma expedição. Ao invocarmos cada uma destas instituições enquanto cimento agregador das comunidades de guerreiros, e mesmo correndo o risco de extrapolar (QUESADA, 2003: 103) o que as fontes clássicas referem especificamente sobre outros povos, não fazemos mais do que relevar o carácter transversal destes princípios comportamentais associados às ideologias guerreiras, que sabemos estarem plasmados na sociedade castreja (BERMEJO, 1978, 1981), e que são conhecidos e contextualizados pela mitologia comparada (DÚMEZIL, 1968, 1977) no mundo indoeuropeu. A Antropologia, nas suas diversas escolas de pensamento, já nos demonstrou a existência de elementos estruturantes no comportamento humano, os quais são transversais ao tempo e às culturas. Como tal, existem princípios que será lícito extrapolar, deixando como discutíveis o seu conteúdo e a forma, sobretudo nos domínios do comportamento e das mentalidades sociais, nos quais a Arqueologia intenta embrenhar-se a partir da análise da evidência material, essa que, como bem salientava Christopher HAWKES (1954: 161-2), tão difícil é de auscultar para este efeito.

A expedição bélica e a pilhagem são actividades honrosas e prestigiantes no seio das sociedades guerreiras, além de lucrativas⁽¹⁶⁾, podendo traduzir-se em importante recurso económico para a comunidade, sendo nesse sentido que entendemos o *bandoleirismo* referido por ESTRABÃO (III: 3, 5), e DIODORO (V: 34, 6), ainda que reconhecendo a sua difícil materialização no registo arqueológico. Com efeito, estas deslocações de bandos de guerreiros só em situações excepcionais deixariam evidência material no registo arqueológico, como exemplifica o caso da expedição acima referida, dos Túrdulos e dos Célticos, que é sobejamente documentada pelas fontes clássicas, mas com suporte arqueológico (*cf. supra*) raro e circunstancial.

O mercenarismo constitui também uma forma organizada de bandoleirismo: o grupo de guerreiros mantém-se coeso apesar de integrar um exército estruturado⁽¹⁷⁾, que lhe é estranho, e no seio do qual se envolve em episódios de âmbito estratégico e político aos quais é alheio. Fá-lo pelo soldo que cada guerreiro recebe, e o confronto bélico conduz à possibilidade de expoliação de armas e adornos dos oponentes vencidos, bem assim como à pilhagem de povoados e populações envolvidas.

Os problemas e as dúvidas em torno da cultura dos castros vão-se somando, e adensando, conforme surgem novos dados e evolui a investigação. Os dois artefactos agora apresentados são disso reflexo, uma vez que ressuscitam e alicerçam temáticas que importa desenvolver. As hipóteses ficam lançadas, apoiadas por este rascunho interpretativo que está limitado às circunstâncias, aguardando por novos dados

(14) Refere-se como súmula actualizada de uma extensa lista de trabalhos já realizados sobre o tema, com referências.

(15) Recordemos que até há poucas décadas o cumprimento do serviço militar obrigatório era fundamental para a passagem masculina ao estado adulto em todo o interior do país, e no meio rural se praticavam roubos rituais (OLIVEIRA, 1984: 287-9) perpetrados por grupos de jovens, quais simulacros de expedições guerreiras. Evocando um exemplo mais local, podemos ainda acrescentar a prova de coragem que, para os jovens em terras do Barroso, consistia em roubar o boi do povo de qualquer aldeia vizinha, retirando-o da sua corte durante a noite para um espaço neutro.

(16) Entre outros exemplos possíveis, o mais emblemático talvez seja o dos normandos, agricultores e artesãos que, a partir do século IX, começaram a ir sazonalmente a viking, em expedições que poderíamos classificar como bandoleirismo, que constituíram um importante recurso económico, sendo a pilhagem criteriosamente articulada com a produção e com o comércio.

(17) Esta coesão, definida pela etnia, pelo respectivo armamento e pela forma de combater das unidades de mercenários, era utilizada pelos exércitos organizados com fins estratégicos, materializando o que se designa por “arma” na moderna linguagem militar (ex. a cavalaria nómada, os fundibulários baleáricos, ou os arqueiros citas). Júlio César (*BG*) deixou-nos sobejos relatos do seu uso nas campanhas militares que comandou.

ou novas formas de olhar estas interessantes peças metálicas.

6. Referências bibliográficas

- ALARCÃO, J. 1992. Etnogeografia da Fachada Atlântica Ocidental da Península Ibérica. *Complutum*, 2-3: 339-45.
- ALMEIDA, C.A.B. 1990. *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*. Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais (Estudos Regionais, 7-8).
- BARREIROS, F.B. 1915. Ensaio de inventário dos castros do concelho de Montalegre. *O Arqueólogo Português*, 20: 211-3.
- BARREIROS, F.B. 1920. Materiais para a arqueologia do Concelho de Montalegre. *O Arqueólogo Português*, 24: 58-87.
- BERMEJO BARRERA, J.C. 1978. *La sociedad en la Galicia castreña*. Santiago de Compostela.
- BERMEJO BARRERA, J.C. 1981. La Función Guerrera en la Mitología de la Gallaecia Antigua. Contribución a la sociología de la Cultura Castreña. *Zephyrus*, 32-33: 263-75.
- BETTENCOURT, A.M.S. 2000. *O Povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro*. Braga, Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia, Monografias, 10).
- BLÁZQUEZ MARTINEZ, J.M. 1975. *Cástulo I*. Madrid (Acta Arqueologica Hispánica, 8).
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.M. & GARCÍA-GELABERT, M. P. 1990. Estudio del armamento prerromano en la Península Ibérica a través de las fuentes y de las representaciones plásticas. *Hispania Antiqua*, 14: 91-115.
- BRADLEY, R. 1990. *The passage of arms: an archaeological analysis of prehistoric hoards and votive deposits*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CABRÉ DE MORÁN, M.E. 1934. Dos Tipos Genéricos de Falcata Hispánica. *Archivo Español de Arte y Arqueología*, T10: 207-24.
- CABRÉ DE MORÁN, M. E. 1990. Espadas y puñales de las necrópolis celtibéricas. In: F. Burillo Mozota (Ed.), *II Simposio sobre los Celtiberos. Necrópolis celtibéricas*. Zaragoza, Institución Fernando el Católico: 205-224.
- CARBALLO ARCEO, L.X. 1994. *Catálogo dos materiais arqueológicos do museu do Castro de Santa Trega: Idade do Ferro*. A Guarda, Padroado do Monte de Santa Trega.
- CIPRÉS, P. 1993. *Guerra y sociedad en la Hispania indoeuropea*. Vitoria, Universidad del País Vasco.
- CORREIA, V. 1925. Uma conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*, 1(7): 347-63.
- COSTA, J.G. 1987. *Montalegre e Terras de Barroso. Montalegre* (1ª ed. 1968).
- CUNLIFFE, B. 1999. Atlantic Sea-ways. *Revista de Guimarães*, Volume Especial, 1: 93-105.
- CUNLIFFE, B. 2002. *The extraordinary voyage of Pytheas, the Greek*. London, Penguin Books.
- CUNLIFFE, B. 2017. *On the ocean. The Mediterranean and the Atlantic from Prehistory to AD 1500*. Oxford, Oxford University Press.
- DUMÉZIL, G. 1968. *Mythe et épopée. L'idéologie des trois fonctions dans les époques des peuples indo-européens*. Paris, Editions Gallimard.
- DUMÉZIL, G. 1986. *Les dieux souverains des Indo-Européens*. Paris, Gallimard (1ª ed. 1977).
- FONTE, J. 2015. *Paisagens em mudança na transição entre a Idade do Ferro e a época romana no Alto Tâmega e Cávado*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, (Tese de doutoramento).
- FONTES, L.F.O. 1992. *Sítios e achados arqueológicos do concelho de Montalegre*. Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte.
- GABALDÓN MARTÍNEZ, M.M. 2010. Sacra loca y armamento. Algunas reflexiones en torno a la presencia de armas no funcionales en contextos rituales. *Gladius*, 30: 191-212.
- GARCIA Y BELLIDO, A. 1946. Un depósito excepcional de hachas de bronce hallado en Pontevedra. *Archivo Español de Arqueología*, 19 (64): 263-65.
- GARCIA FERNÁNDEZ-ALBALAT, B. 1990. *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. A Coruña, Edición do Castro.
- GARLAN, Y. 1972. *La guerre dans l'Antiquité*. Paris, Fernand Nathan.
- GONZÁLEZ GARCÍA, F.J. 2011. Los Celticos de Gallaecia: Apuntes sobre etnicidad y territorialidad en la Edad del Hierro del Noroeste de la Península Ibérica. *Complutum*, 22-1: 117-32.
- HARTMANN, A. 1970. *Prähistorische Goldfunde aus Europa*. Berlin, Studien zu den Anfängen der Metallurgie 3.
- HAWKES, C.F.C. 1954. Archaeological theory and method: Some suggestions from the Old World. *American Anthropologist*, 56: 155-68.
- HAWKES, C.F.C. 1977. *Pytheas: Europe and the Greek Explorers*. Oxford, Blackwell.
- HUMPHREYS, O.J. 2021. *London's Roman Tools. Craft, agriculture and experience in an ancient city*. Oxford, BAR Publishing.
- JORGE, Susana O. 1986. *Povoados da Pré-História recente da região de Chaves-Vª. Pª. de Aguiar*. Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.
- KURTZ, W.S. 1986. El armamento en la necrópolis de Las Cogotas (Cardeñosa, Ávila). *Zephyrus*, 39: 275-88.
- LEMONS, F.S.; MARTINS, C.M.B. & MACHADO, P.S. (Eds.). 2009. *Boticas no Tecto do Mundo. Manifestações Artísticas da 2ª Idade do Ferro Séc. IV/V a.C. ao Séc. I*. Boticas, Câmara Municipal de Boticas.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. 1955. Armas de bronce ofrendadas al río Sil. *Zephyrus*, 6: 233-40.
- LORRIO ALVARADO, A.J. 2011. Los celtas en el occidente de Iberia. In: G. Ruiz Zapatero & J. Álvarez Sanchis (Eds.), *Castros y Verracos. Las gentes de la Edad del Hierro en el occidente de Iberia*. Avila, Disputación de Avila: 45-100.
- MARTINS, C.M.B. 2010. Mecanismos de diferenciação na segunda idade do ferro. In: C.M.B. Martins (Ed.), *Mineração e povoamento na antiguidade no Alto Tras-Os-Montes Ocidental*. Porto, CITCEM: 61-77.
- MARTINS, M. 1990. *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do rio Cávado*. Braga (Cadernos de Arqueologia, Monografias, 5).

- MORILLO CERDÁN, A. 2003. Los establecimientos militares temporales. Conquista y defensa del territorio en la Hispania republicana. In: A. Morillo, F. Cadiou & D. Hourcade (Eds.), *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*. León, Universidad de León: 41-80.
- MORILLO CERDÁN, A. 2008. Criterios arqueológicos de identificación de campamentos romanos en Hispania, Zaragoza, *Saldvie*, 8: 73-93.
- NASH, D. 1985. Celtic territorial expansion and the Mediterranean World. In: T.C. Champion & J.V.S. Megaw (Eds.), *Settlement and Society: aspects of West European prehistory in the first millennium BC*. Leicester, Leicester University Press: 45-67.
- OLIVARES PEDREÑO, J.C. 2013. La migración de los Célticos y Túrdules de la Beturia hacia el Noroeste de Hispania. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 60-126: 51-84.
- OLIVEIRA, E.V.; GALHANO, F. & PEREIRA, B. 1983. *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica (2ª ed.).
- OLIVEIRA, E.V. 1984. *Festividades cíclicas em Portugal*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PAIXÃO, A.M.C. 2014. A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 429-60.
- PAZ VIRUET, A.I. 2016. Contactos comerciales entre las culturas púnicas y castreñas de la Península Ibérica en la Edad del Hierro. Investigación Arqueológica realizada y Estado de la Cuestión. In: R. Cordeiro Macenlle & A. Vázquez Martínez (Eds.), *Estudo de Arqueoloxía Prehistoria e Historia Antiga: achegas dos novos investigadores*. Santiago de Compostela, Andavira Editora: 125-42.
- PEÑA SANTOS, A. 1992. *Castro de Torroso (Mos, Pontevedra). Síntesis de las memorias de las campañas de excavaciones 1984-1990*. Santiago de Compostela, Xunta de Galicia (Arqueoloxía/Memorias, 11).
- PEREIRA, A.S. & González, C.M. 1988. Castro do Cruito. Porto, *Arqueologia*, 17: 151-8.
- PEREIRA, E. & RODRIGUES, J. 2010. Caracterização Geológica do NW de Trás-os-Montes (Chaves, Montalegre e Boticas). In: C.M.B. Martins (Ed.), *Mineração e povoamento na antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto, CITCEM: 27-46.
- PEREIRA, G.R. 2019. Artefactos, encuentros e ideas: reflexos meridionales en la Protohistoria del noroeste de Portugal. In: E. Ferrer Albelda (Ed.), *La ruta de las Estrímnides. Navegación y conocimiento del litoral atlántico de Iberia en la Antigüedad*. Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá: 449-97.
- PEREIRA MENAUT, G. 1992. Aproximación crítica al estudio de etnogénesis: la experiencia de Callaecia. In: M. Almagro Gorbea & G. Ruiz Zapatero (Eds.), *Paleoetnología de la Península Ibérica*, *Complutum*, 2-3: 35-43.
- Pleiner, R. 2000. *Iron in Archaeology. The European Bloomery Smelters*. Praha, Archeologicky Ustav Av Cr.
- Pleiner, R. 2006. *Iron in Archaeology. Early European Blacksmiths*. Praha, Archeologicky Ustav Av Cr.
- QUEIROGA, F.M.V.R. 2003. *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. Oxford, Archaeopress, BAR International Series 1198 (= 1992, Oxford University, D. Phil thesis).
- QUEIROGA, F.M.V.R. 2011. Guerra e castros no noroeste de Portugal. In: G. Ruiz Zapatero & J. Álvarez Sanchís (Eds.), *Castros y Verracos. Las gentes de la Edad del Hierro en el occidente de Iberia*. Avila, Disputación de Avila: 269-90.
- QUEIROGA, F.M.V.R. 2009. A cidade de Riodouro revisitada. *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, 43: 462-79.
- QUESADA SANZ, F. 1989. *Armamento, Guerra y Sociedad en la Necrópolis Ibérica de El Cabecico del Tesoro (Murcia, España)*. Oxford, British Archaeological Reports, (IS) 502.
- QUESADA SANZ, F. 1990. La falcata Ibérica: ¿un arma de origen Ilírio y procedencia Itálica? *Archivo Español de Arqueología*, 63: 65-93.
- QUESADA SANZ, F. 1991. En torno al origen y procedencia de la falcata ibérica. In: J. Remesal & O. Muso (Eds.), *La presencia de material etrusco en la Península Ibérica*. Barcelona: 475-541.
- QUESADA SANZ, F. 1992. *Arma y símbolo: La Falcata Ibérica*. Alicante, Disputación de Alicante.
- QUESADA SANZ, F. 1997. *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Montagnac, Éditions Monique Mergoill.
- QUESADA SANZ, F. 2006. Los Celtíberos y la guerra: tácticas, cuerpos, efectivos y bajas. Un análisis a partir de la campaña de 153. In: F. Burillo (Ed.), *Segeda y su contexto histórico. Entre Catón y Nobilior*, Zaragoza: 149-77.
- RAMOS, J.M.F. 2010. Principais recursos minerais dos Concelhos de Chaves, Montalegre e Boticas. In: C.M.B. Martins (Ed.), *Mineração e povoamento na antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, Porto, CITCEM: 47-60.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. 1995. Depositos del bronce final: ¿sagrado o profano? ¿sagrado y, a la vez, profano? Madrid, *Complutum*, 5:21-32.
- SALINAS DE FRIAS, M. 2011. Las fuentes clásicas y el poblamiento prerromano del occidente peninsular. In: G. Ruiz Zapatero & J. Álvarez Sanchís (Eds.), *Castros y Verracos. Las gentes de la Edad del Hierro en el occidente de Iberia*. Avila, Disputación de Avila: 128-58.
- SANTOS, M.C. 1969. Subsídios para o estudo arqueológico de Montalegre, Mealhada e Viseu. *Ethnos*, 6: 201-18.
- SAYAS ABENGOCHEA, J.J. 1989. El bandolerismo lusitano y la falta de tierras. *Revista de la Facultad de Geografía e História*, 4: 701-14.
- SCHÜLE, W. 1969. *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*. Berlin, Madrider Forschungen, 3.
- SILVA, A.C.F. 1983. As *tesserae hospitales* do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V. N. Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia antiga. *Gaya*, 1: 9-26.
- SILVA, A.C.F. 2007. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, (1ª ed. 1986).
- SOEIRO, T. 1997. O esplendor do Sur da Callaecia. In: G. Pereira Menaut (Ed.), *Galicia Fai Dous Mil Anos. O Feito Diferencial Galego na História*, Santiago de Compostela, Museo do Pobo Galego: 213-36.
- SOEIRO, T. 1998. Monte Mozinho: a escavação do sector D. In: T. Soeiro (Ed.), *Monte Mozinho. 25 anos de trabalhos arqueológicos*. Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, Cadernos do Museu, 2: 79-114.
- SUÁREZ OTERO, J.; RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, R.M. & CASTRO LORENZO, M.L. 2021-22. Verbo das pegadas arqueológicas da ritualidade. A estrutura XXXII do castro de “O Facho”. *Boletín Auriense*, 51-52: 73-132.
- TABORDA, V. 1932. *Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- VIANA, A. & DEUS, A.D. 1950. A exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas. Lisboa, *Actas XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, T.8: 67-74.